

Diário da Justiça

Eletrônico

caderno 1
ADMINISTRATIVOPresidente:
Desembargador
Fernando Antonio Torres Garcia

Ano XVIII • Edição 4226 • São Paulo, quarta-feira, 18 de junho de 2025

www.dje.tjsp.jus.br

PODER JUDICIÁRIO

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO OS CAMINHOS DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO JUDICIÁRIO PAULISTA



Mais de 1 milhão de acordos na última década

Há mais de uma década, a conciliação e a mediação têm se consolidado no Judiciário paulista não apenas por reduzir a excessiva carga de processos, mas, sobretudo, por conferir às partes, com o apoio de profissionais qualificados, maior protagonismo e celeridade na resolução de seus conflitos por meio do diálogo. Mais que uma alternativa, os métodos consensuais são indispensáveis ao bom andamento da Justiça, tanto no 1º quanto no 2º Grau, em fase pré-processual e processual – em suma, sempre é tempo de conciliar.

Desde 2014, foram obtidos mais de 1,4 milhão de acordos em sessões de conciliação e mediação de processos das áreas Cível e de Família – casos como acidentes de trânsito, débitos bancários, pensão alimentícia, guarda, divórcio, entre outros. As audiências foram realizadas pelos 322 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) espalhados pelo estado – [veja a lista](#). O percentual de êxito é especialmente

relevante na fase pré-processual: cerca de 70% das audiências terminam em acordos, que são homologados por juízes e têm força de decisão judicial.

Instituído em 2011, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) é o órgão responsável pela instalação e monitoramento dos Cejuscs, pela condução de diversos programas relacionados ao tema, pelo credenciamento de câmaras privadas de conciliação e pelo cadastro e manutenção da lista de conciliadores e mediadores – profissionais capacitados pela Escola Paulista da Magistratura (EPM) ou por entidades habilitadas ([saiba mais](#)), que também são credenciadas pelo Nupemec.

Na última semana, esses e outros assuntos foram debatidos no 2º Encontro dos Nupemecs da Região Sudeste do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação (Fonamec), evento sediado pelo TJSP, que reuniu representantes dos quatro tribunais da região para debater o aprimoramento dos núcleos.



Conheça mais sobre os programas e as unidades especializadas do Nupemec



Programa Estadual de Combate ao **Superendividamento**

Inaugurado em 2024, o **Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania em Matéria Consumerista (Cejuscom)** atua na mediação e na conciliação de demandas relacionadas ao Programa de Combate ao Superendividamento, nos casos pré-processuais. São situações em que há manifesta impossibilidade de saneamento das dívidas sem comprometimento do mínimo para subsistência. A unidade funciona de maneira integrada ao Procon-SP, que realiza a primeira tentativa de acordo e, se não houver composição, encaminha a demanda ao Cejuscom. A solicitação de conciliação/mediação pode ser feita pelas partes diretamente junto ao Procon ou pelo formulário disponibilizado na página do TJSP – [acesse aqui](#).



Cejusc Saúde

Sistema inédito no país para solucionar demandas e evitar a judicialização da saúde



A unidade trata da resolução consensual de solicitação de remédios previstos na lista do SUS e evita a judicialização nos casos em que o pedido foi feito diretamente nas unidades do governo, mas não foi atendido por estar em falta no posto, não ter a quantidade prescrita ou qualquer outro motivo. A solicitação pode ser feita por [este formulário](#), e o prazo de resposta é de até 72 horas.



Programa **Conciliando com a Saúde**

Lançado em 2023, o **Programa Conciliando com a Saúde** é voltado para a solução consensual de conflitos envolvendo consumidores e empresas de saúde suplementar, tratando de casos como cobertura de tratamento pelo plano, revisão de reajustes, reembolso de despesas médicas, entre outros. [Acesse o formulário](#).

CEJUSC DA FAZENDA PÚBLICA

A unidade recebe demandas processuais e pré-processuais que tenham como parte o Estado, o Município, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de Direito Público, tratando de casos envolvendo multas, IPVA, bilhete único, entre outras demandas. [Acesse a página](#) para saber mais.



Instituído em 2017, o programa **Empresa Amiga da Justiça** visa reconhecer, por meio de uma certificação, empresas, sindicatos, associações e outras instituições que se comprometam a incentivar métodos auto-compositivos de solução de litígios com seus clientes. A página do programa contempla todas as empresas e parceiros institucionais participantes – veja [aqui](#).



De maneira análoga ao programa ao lado, o **Município Amigo da Justiça** é a certificação concedida pelo TJSP a prefeituras que adotem políticas de incentivo à conciliação e mediação, como a colaboração para instalação de Cejuscs, mutirões para enfrentamento do estoque de processos e campanhas de fomento à cultura de pacificação sem a excessiva judicialização. Confira [aqui](#) a lista dos municípios certificados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPPr - Secretaria da Presidência

PORTARIA CONJUNTA nº 22/2025 (CPA nº 2025/77708)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DESEMBARGADOR FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, o CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, DESEMBARGADOR FRANCISCO EDUARDO LOUREIRO, e o PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DESEMBARGADOR ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA FILHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos da Portaria Conjunta nº 9.797/2019, bem como o teor do Acordo de Cooperação Técnica nº 552/24 com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que informa a adoção, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Sistema eproc, que admite unicamente processos digitais;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a regulamentação do processamento de pedidos de revisão criminal apenas em formato digital, seja a pedido do(a) próprio(a) sentenciado(a), seja por meio de representação processual por defensor(a) constituído(a) ou pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o objetivo de facilitar a futura migração dos processos atualmente em andamento para o novo sistema;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos fluxos de trabalho elencados na Portaria nº 01/2021, da Presidência da Seção de Direito Criminal, que dispõe sobre petições físicas de *habeas corpus* arrazoadas e subscritas, exclusivamente, pelo(a) paciente ou terceiro(a) interessado(a), sem a assistência de advogado(a);

CONSIDERANDO a necessidade de padronização e otimização dos procedimentos cartorários em segundo grau deste Tribunal, na busca de celeridade e entrega de uma prestação jurisdicional eficiente;

CONSIDERANDO os estudos realizados em razão da implantação de novo sistema processual eletrônico neste Tribunal (eproc) e os reflexos decorrentes da mudança, especialmente no tocante à automação e à uniformização dos fluxos de trabalho;

CONSIDERANDO que as unidades do segundo grau passam por uma fase de transição, de digitalização de processos físicos, para tramitação em formato 100% digital, bem como de reestruturação administrativa;

CONSIDERANDO que, doravante, o método de processamento eletrônico de autos judiciais exige um novo formato, que proporcione maior eficiência e produtividade; e

CONSIDERANDO os termos do Provimento nº 193, de 15 de maio de 2025, que dispõe sobre a fixação do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos como parâmetro para aferição de eventual morosidade do juízo, a ser observado em âmbito disciplinar e na atividade fiscalizatória das Corregedorias,

RESOLVEM:

CAPÍTULO I – Do processamento da Revisão Criminal

Art 1º - A partir da data da publicação desta Portaria Conjunta, a Revisão Criminal, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, será processada exclusivamente no formato digital, quer se refira a processos originários físicos, quer esteja relacionada a processos originários digitais.

§ 1º - O disposto no *caput* deste artigo se aplica nas seguintes hipóteses:

- I – revisão criminal apresentada por defensor(a) constituído(a);
- II – revisão criminal ajuizada pela Defensoria Pública;
- III – pedido formulado pelo(a) próprio(a) sentenciado(a).

Art 2º - Para fins de adequação ao novo sistema processual, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo realizará a digitalização das revisões criminais e dos expedientes preparatórios que estão em andamento até a data da publicação desta Portaria Conjunta.

Seção I – Da Revisão Criminal de autos físicos

Art 3º - No caso de a Revisão Criminal estar relacionada a processo que tramitou em formato físico, caberá ao(à) defensor(a) constituído(a) ou à Defensoria Pública, conforme o caso, antes de ingressar com o pedido revisional, providenciar o pedido de desarquivamento, se necessário, e a respectiva digitalização dos autos originários junto ao Juízo de primeiro grau, na forma do **COMUNICADO CG Nº 75/2024**.

§ 1º - Na solicitação do desarquivamento do processo físico, é possível a indicação de “Entrega Digital”, para que a própria empresa terceirizada digitalize o processo e encaminhe as imagens, a fim de viabilizar a nova tramitação no formato eletrônico (**COMUNICADO CONJUNTO Nº 699/2023**).



§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, deverá o(a) defensor(a) constituído(a) indicar no formulário (<https://www.tjsp.jus.br/Download/primeirainstancia/formularios/formulario.pdf>), anexo ao pedido de desarquivamento, o motivo do pedido de digitalização (Revisão Criminal).

§ 3º - A Unidade Judicial somente solicitará o desarquivamento com digitalização após a parte recolher as custas da digitalização, nos termos do **COMUNICADO CONJUNTO Nº 995/2020**.

I - Os pedidos de Revisão Criminal mencionados no *caput* serão cadastrados pelo setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, que certificará se o processo de origem está digitalizado e inserido no sistema informatizado de primeiro grau.

II - Preenchidos os requisitos indicados no inciso anterior, o pedido será então processado.

III - Verificado, de plano, o não cabimento da revisão criminal, a Presidência da Seção de Direito Criminal indeferirá o pleito.

Art. 4º - O pedido de assistência judiciária para fins de revisão criminal ou de revisão criminal subscrito pelo(a) próprio(a) sentenciado(a) relacionado a processo físico será processado exclusivamente em formato digital, sendo expressamente vedado pedido formulado por correio eletrônico.

I - O pedido mencionado no *caput* será digitalizado pelo setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários e cadastrado na classe "Petição Criminal", gerando Número Único de Processo (NUP), com o preenchimento de dados necessários ao seu processamento, especialmente o número do processo originário a ser revisto.

§ 1º - Cadastrado o pedido e sendo possível verificar, de plano, o não cabimento da revisão criminal, a Presidência da Seção de Direito Criminal indeferirá o pleito, com comunicação ao(à) sentenciado(a) por carta, acompanhado do pedido subscrito por ele(a).

§ 2º - Não verificada a hipótese do § 1º, o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários deverá comunicar à Vara de origem, solicitando o desarquivamento do processo originário físico, se o caso, bem como sua digitalização e inserção no sistema informatizado de primeiro grau, juntamente com o *link* de gravação das audiências, se houver.

§ 3º - A impossibilidade de juntada do *link* de gravação das audiências em razão de alguma inconsistência técnica do sistema não impedirá o processamento da revisão, sempre ressalvada a possibilidade de posterior análise por parte do(a) Relator(a) sorteado(a).

§ 4º - Recebido o e-mail mencionado no § 2º pela Vara de origem, esta deverá comunicar o recebimento ao setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, informando, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se o processo originário está ou não arquivado, o que deverá ser anotado no expediente.

§ 5º - Após a digitalização do feito e sua inserção no sistema informatizado de primeiro grau, inclusive com o *link* da prova colhida por meio de gravação audiovisual, deverá a Vara de origem efetuar a devida comunicação ao setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários.

§ 6º - Decorridos 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação mencionada no §4º sem a informação sobre a digitalização dos autos, o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários solicitará informações à Vara de origem.

§ 7º - O prazo estabelecido no parágrafo anterior fica majorado para 60 (sessenta) dias para os processos arquivados fora de cartório.

§ 8º - Recebida a comunicação da digitalização do feito originário, o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários intimará eletronicamente a Defensoria Pública para exame do pedido.

§ 9º - A Defensoria Pública indicará Defensor(a) Público(a) para exame do pedido de assistência judiciária ou de revisão criminal subscrito pelo(a) sentenciado(a), nos termos do art. 621 do Código de Processo Penal, devendo aquele(a) apresentar o pedido por meio de peticionamento eletrônico intermediário no próprio expediente e com o mesmo NUP:

§ 10 - Oferecidas razões de Revisão Criminal Eletrônica, será alterada a classe do procedimento registrado para "Revisão Criminal", providenciando o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, a distribuição da revisão criminal e a intimação da Procuradoria Geral de Justiça para parecer;

§ 11 - Havendo deliberação pela Defensoria Pública pelo não cabimento da revisão criminal, os autos serão conclusos ao(à) Desembargador(a) Presidente da Seção de Direito Criminal, para deliberação e comunicação ao(à) sentenciado(a), por meio de carta expedida pela unidade.

§ 12 - Decorridos 120 (cento e vinte) dias da remessa do pedido do(a) sentenciado(a) à Defensoria Pública, sem apresentação das razões de revisão criminal, o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários expedirá ofício ao órgão, solicitando informações.

Seção II – Da Revisão Criminal de autos digitais/digitalizados

Art. 5º - A revisão criminal de autos digitais/digitalizados será processada exclusivamente no formato digital, a partir de petição inicial eletrônica de segundo grau, que deverá ser inserida na classe "Revisão Criminal", instruída com cópia digitalizada de documentos novos pertinentes ao pedido revisional.



§ 1º - Não é necessária a juntada à petição inicial de cópia da ação penal originária a ser revista, tendo em vista se tratar de autos digitais, com possibilidade de acesso integral pelo(a) Relator(a) sorteado(a).

§ 2º - O disposto neste artigo se aplica:

- I- às revisões apresentadas por defensor(a) constituído(a);
- II- às revisões ajuizadas pela Defensoria Pública;
- III- às revisões decorrentes de "expediente preparatório".

Art. 6º - Cadastrado o pedido e estando em termos a postulação, o pleito será processado.

§ 1º - Verificado de plano o não cabimento da revisão criminal, a Presidência da Seção de Direito Criminal indeferirá o pleito.

Art. 7º - O pedido de assistência judiciária para fins de revisão criminal ou de revisão criminal subscrito pelo(a) sentenciado(a), referente a processo originário digital, será digitalizado pelo setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários e cadastrado na classe "Petição Criminal", gerando Número Único de Processo (NUP), com o preenchimento de dados necessários ao seu processamento, especialmente o número do processo originário a ser revisto.

§ 1º - Cadastrado o pedido e verificado de plano o não cabimento da revisão criminal, a Presidência da Seção de Direito Criminal indeferirá o pleito, com comunicação ao(à) sentenciado(a) por carta, acompanhada do pedido subscrito por este(a) subscrito.

§ 2º - Não verificada a hipótese do § 1º, o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários intimará eletronicamente a Defensoria Pública para exame do pedido.

§ 3º - Com a intimação da Defensoria Pública, será observado o disposto no § 9º ao § 12 do artigo 4º desta Portaria.

Art. 8º - As petições físicas digitalizadas permanecerão sob a guarda do setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários e serão descartadas após o trânsito em julgado do acórdão ou decisão proferido(a) no respectivo processo digital, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 4º, §1º e 7º, §1º, desta Portaria.

Seção III – Dos autos físicos em tramitação até a publicação da presente Portaria Conjunta

Art. 9º - As Revisões Criminais em autos físicos que estiverem pendentes de julgamento até a publicação da presente Portaria Conjunta deverão tramitar em formato físico até o trânsito em julgado.

Art. 10 - Para os expedientes preparatórios de revisão criminal em autos físicos, tramitando em primeiro grau de jurisdição, deverá ser observado o seguinte procedimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Portaria Conjunta:

§ 1º - A Vara de origem deverá digitalizar a ação penal e inserir no sistema informatizado de primeiro grau, inclusive com o *link* da prova colhida por meio de gravação audiovisual, se houver.

§ 2º - O expediente preparatório em formato físico deverá ser devolvido ao setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, localizado na Rua da Glória, 459, 6º andar - Liberdade - São Paulo/SP - CEP: 01510-001, com certidão mencionando a presente Portaria Conjunta, cabendo ao referido setor realizar a digitalização e outras providências para tramitação da revisão criminal na segunda instância.

Art. 11 - No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação desta Portaria Conjunta, deverá a Defensoria Pública informar o setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, a relação de revisões criminais em formato físico pendentes de ajuizamento.

CAPÍTULO II – Do processamento de petição física de Habeas Corpus

Art. 12 - A petição física de *habeas corpus*, arrazoada e subscrita exclusivamente pelo(a) paciente ou terceiro interessado, sem a assistência de advogado(a), será digitalizada e cadastrada pelo setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários, gerando NUP (Numeração Única de Processo) para processamento no sistema eletrônico do Tribunal.

Parágrafo único – Se necessário, será realizada a complementação dos dados processuais e feito o estudo da prevenção/distribuição, abrindo-se conclusão ao Presidente da Seção de Direito Criminal, para os fins do art. 45, II e III, do Regimento Interno, se o caso.

Art. 13 - As petições físicas digitalizadas permanecerão sob a guarda do setor da Secretaria Judiciária responsável pelo processamento de feitos originários e serão descartadas após o trânsito em julgado do acórdão ou decisão proferido(a) no respectivo processo digital.

Art. 14 - As petições físicas de *habeas corpus* apócrifas deverão ser restituídas ao remetente, independentemente de cadastro, e, na impossibilidade de devolução, descartadas.

CAPÍTULO III – Disposições finais

Art. 15 – Eventuais dúvidas ou situações não previstas nesta Portaria Conjunta serão submetidas à Presidência do Tribunal ou à Presidência da Seção de Direito Criminal, conforme o caso.



Art. 16 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive a Portaria Conjunta nº 9.797/2019 e a Portaria nº 01/2021 da Presidência da Seção de Direito Criminal.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 10 de junho de 2025.

aa) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **FRANCISCO EDUARDO LOUREIRO**, Corregedor Geral da Justiça, **ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA FILHO**, Presidente da Seção de Direito Criminal

COMUNICADO Nº 450/2025
(Processo nº 2025/00079323)

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO publica, por solicitação e para conhecimento geral, a Recomendação nº 161/2025 do Conselho Nacional de Justiça:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 161, DE 6 DE JUNHO DE 2025.

Recomenda medidas para o funcionamento adequado do Banco Nacional de Perfis Genéticos e da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, instituídos pelo Decreto Federal nº 7.950/2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a consulta formulada pelo Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (SEI nº 14648/2024) e a necessidade de regulamentar o procedimento para conferir eficácia ao disposto no 7º-A, I, da Lei nº 12.037/2009, que determina a “exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados no caso de absolvição do acusado”;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ no Ato Normativo 0001467- 67.2025.2.00.0000, na 7ª Sessão Virtual, finalizada em 30 de maio de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar aos(às) juízes(as) de garantia e com competência criminal, bem como aos desembargadores e desembargadoras no exercício da jurisdição penal que, nos casos em que tiver sido determinada a coleta de material genético durante o inquérito policial ou processo penal com fulcro nos arts. 3º, IV, e 5º, parágrafo único, da Lei nº 12.037/2009, ordenem a expedição de ofício ao Comitê Gestor da Rede



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Integrada de Bancos de Perfis Genéticos determinando a exclusão do perfil genético coletado, nas seguintes hipóteses:

I – arquivamento do inquérito policial com fundamento em atipicidade da conduta (art. 386, III, do CPP), extinção da punibilidade (art. 107 do CP), inexistência do fato (art. 386, I, do CPP) ou de autoria atribuível ao investigado (art. 386, IV, do CPP), após o trânsito em julgado;

II – rejeição da denúncia com fundamento nas mesmas causas referidas no inciso anterior, após o trânsito em julgado; e

III – absolvição, após o trânsito em julgado.

Art. 2º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

Num. 6055741 - Pág. 2

SEMA - Secretaria da Magistratura**PROVIMENTO CSM Nº 2.789/2025**

O **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO solicitação oriunda da Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, tendo por escopo equacionar o problema da custódia de cerca de 1.600 (mil e seiscentos) veículos e partes de veículos apreendidos e depositados em pátio a ela subordinado, atingido por incêndio de grandes proporções em 25 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO que o fogo descontrolado destruiu a maior parte dos veículos e componentes apreendidos e depositados no pátio contratado, reduzindo-os à sucata;

CONSIDERANDO que a análise e decisão individual das solicitações de destinação, além de inviável no caso concreto, geraria tanto ao Poder Judiciário quanto à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo excessivo e desnecessário gasto de tempo e recursos humanos e materiais;

CONSIDERANDO a existência de precedentes desta natureza (Provimentos CSM nº 2.061/2013; nº 2.143/2013; nº 2.238/2015; nº 2.408/2017; nº 2.523/2019; nº 2.661/2022; nº 2.734/2024 e nº 2.761/2024);

CONSIDERANDO, por fim, o decidido no CPA nº 2025/23725 – DICOGE 2;

R E S O L V E:

Art. 1º - A partir da publicação deste provimento, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, fica autorizada a realizar compactação e hasta pública dos mais de 1.600 (mil e seiscentos) veículos e partes de bens automotores que estavam sob a custódia da concessionária MTY – Locação de Máquinas, Veículos Leves e Pesados Ltda. e devido ao incêndio que atingiu o pátio instalado no município de Dumont, em 25 de agosto de 2024, tornaram-se inservíveis e inaptos à circulação, além de não serem passíveis de identificação e, por conseguinte, de vinculação a expedientes ou procedimentos criminais ou infracionais, tampouco reclamados por seus eventuais proprietários ou possuidores.

Parágrafo único – A autorização do *caput* se limita aos veículos e partes de veículos constantes das relações e dos laudos da vistoria realizada pela equipe do leiloeiro oficial credenciado pela Delegacia Seccional de Ribeirão Preto, apresentados a fls. 97/101 do CPA nº 2025/23725 – DICOGE 2.



Art. 2º - À vista do que dispõe o art. 516, § 4º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, após a venda dos veículos e partes de veículos na forma deste provimento, os valores obtidos serão depositados em conta judicial à disposição da Vara Regional das Garantias da 6ª Região Administrativa Judiciária – Ribeirão Preto, uma vez que, conforme o art. 19 da Resolução nº 939/2024 do Órgão Especial, o exercício da Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária compete ao Juiz Titular da referida unidade.

Art. 3º - Ao final do processo de alienação, a Secretaria da Segurança Pública deverá apresentar relatório informando o resultado da hasta, discriminando, especialmente, a quantidade de veículos e partes de veículos destruídos e os valores auferidos.

Art. 4º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, transmitindo-se cópia dele aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Procurador Geral da Justiça, Delegado Geral de Polícia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, Defensor Público Geral do Estado e Juiz Titular Coordenador da Vara Regional das Garantias da 6ª Região Administrativa Judiciária – Ribeirão Preto e Corregedor Permanente da Polícia Judiciária.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE POR TRÊS VEZES. CUMPRA-SE.

São Paulo, 11 de junho de 2025.

(AA) FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça; ARTUR CESAR BERETTA DA SILVEIRA, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; FRANCISCO EDUARDO LOUREIRO, Corregedor-Geral da Justiça; CARLOS VICO MAÑAS, Decano do Tribunal de Justiça em exercício; RICARDO CINTRA TORRES DE CARVALHO, Presidente da Seção de Direito Público; HERALDO DE OLIVEIRA SILVA, Presidente da Seção de Direito Privado; ADALBERTO JOSÉ QUEIROZ TELLES DE CAMARGO ARANHA FILHO, Presidente da Seção de Direito Criminal.

SJ - Secretaria Judiciária

COMUNICADO Nº 488/2025

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha Filho, Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, COMUNICA que a distribuição dos feitos em grau de recurso prevista para dia 20 de junho de 2025 será realizada no dia 18 de junho de 2025, quarta-feira, a partir das 09 horas, com a supervisão da Presidência da Seção de Direito Criminal.

(16/06, 17/06 e 18/06/2025)

SEÇÃO I

ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Subseção I: Atos e comunicados da Presidência

SEMA 1.1

SEMA 1.2.1

PROCESSO Nº 2008/17800 – ARTUR NOGUEIRA - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, em 17/06/2025, autorizou “ad referendum” do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, a realização da sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Artur Nogueira, designada para o dia 02 de julho de 2025, às 10 horas, nas dependências da Câmara Municipal local.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, em 17/06/2025, autorizou o que segue:

GUARUJÁ (prédio principal – Rua Silvio Daige) - suspensão do expediente presencial e dos prazos dos processos físicos no **dia 23 de junho de 2025**.

NOTA: Todas as atividades de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores serão realizadas em trabalho remoto. As regularizações das frequências dos servidores devem observar as orientações da SGP, conforme aviso no sistema de frequência.

ITABERÁ - suspensão do expediente presencial, a partir das 15h20, e dos prazos dos processos físicos no **dia 17 de junho de 2025**.

NOTA: Todas as atividades de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores serão realizadas em trabalho remoto. As regularizações das frequências dos servidores devem observar as orientações da SGP, conforme aviso no sistema de frequência.

**SEMA 1.3****SEMA 3.1****A P O S T I L A S**

O DESEMBARGADOR FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome do Doutor **DANNIEL ADRIANO ARAULDI MARTINS**, para declarar que nos termos do artigo 1º da Resolução nº 964/2025, o cargo ocupado pelo interessado passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DA COMARCA DE COTIA (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O DESEMBARGADOR FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome do Doutor **RODRIGO APARECIDO BUENO DE GODOY**, para declarar que nos termos do artigo 2º da Resolução nº 964/2025, o cargo ocupado pelo interessado passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COTIA (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O Desembargador FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome da Doutora **TATIANA VIEIRA GUERRA**, para declarar que, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 965/2025, o cargo ocupado pela interessada passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUÍZA DE DIREITO TITULAR I DA VARA DA REGIÃO LESTE I DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE SÃO PAULO (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O Desembargador FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome da Doutora **TATYANA TEIXEIRA JORGE**, para declarar que, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 965/2025, o cargo ocupado pela interessada passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUÍZA DE DIREITO TITULAR I DA VARA DA REGIÃO NORTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE SÃO PAULO (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O Desembargador FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome da Doutora **JULIANA NOBREGA FEITOSA**, para declarar que, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 965/2025, o cargo ocupado pela interessada passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO FORO REGIONAL VII – ITAQUERA DA COMARCA DE SÃO PAULO (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O Desembargador FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome do Doutor **DANIEL FABRETTI**, para declarar que, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 970/2025, o cargo ocupado pelo interessado passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUIZ DE DIREITO TITULAR I DA 5ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL VII – ITAQUERA DA COMARCA DE SÃO PAULO (ENTRÂNCIA FINAL)**.

O Desembargador FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **APOSTILA** o título de promoção em nome da Doutora **MICHELLE FABIOLA DITTERT PUPULIM**, para declarar que, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 972/2025, o cargo ocupado pela interessada passou, a partir de 13/06/2025, a denominar-se **JUÍZA DE DIREITO TITULAR I DA 6ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL III – JABAQUARA DA COMARCA DE SÃO PAULO (ENTRÂNCIA FINAL)**.

SEMA 3.1**EDITAL Nº 51/2025**
PROMOÇÃO – DESEMBARGADOR(A)

POR DELIBERAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, encontram-se abertas as inscrições do concurso de promoção para provimento de **01 (uma) vaga de DESEMBARGADOR(A) – CLASSE CARREIRA:**

MERECIMENTO - 01 (UM) CARGO**PERÍODO DE INSCRIÇÕES**

Os(as) magistrados(as) que preencherem as condições legais do artigo 81 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça poderão inscrever-se de **17 de junho de 2025 (terça-feira) até às 18 horas do dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira)**.

PROCEDIMENTO

Exclusivamente no Portal da Magistratura, no endereço: <https://www.tjsp.jus.br/RHM/PortalMagistratura/>

Deverão ser feitas, no Portal da Magistratura, de acordo com o artigo 81, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça:

- a) declaração sobre: endereço residencial, não possuir autos conclusos fora do prazo e não ter dado causa a adiamento injustificado de audiência;
- b) justificativa acerca da retenção de processos além do prazo legal, se o caso.

Secretaria da Magistratura - SEMA, 16 de junho de 2025.

**COMUNICADO Nº 28/2020**

Comunicamos aos Excelentíssimos (as) Senhores (as) Magistrados (as) as instruções que deverão ser observadas para inscrição eletrônica ao concurso de promoção e remoção.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.tjsp.jus.br/RHM/PortalMagistratura/>

AJUDA

No caso de dificuldade no acesso, abrir chamado no Portal no endereço eletrônico: <https://suporte.tjsp.jus.br@tjsp.jus.br>

Tela de Login

O Magistrado deverá informar seu login e senha de acesso aos sistemas do TJSP para acessar o Portal da Magistratura. Após realizar o login no Portal da Magistratura, é necessário localizar o item Concursos no menu lateral esquerdo para ser direcionado ao sistema de Promoção.

Tela de Identificação

No sistema de Promoção, na parte superior, ao lado esquerdo da tela, selecione o item Concurso e Pesquisa de Concurso de Promoção e Remoção, e siga os passos abaixo, para inscrição ou ajuste de inscrição:

Consulta de Concursos

Podem ser consultados todos os concursos, anteriores e atuais. O sistema de Promoção automaticamente apresentará todos os concursos que foram publicados no ano vigente.

Consulta de Documentos

Para iniciar a visualização de documentos (edital de concurso), o magistrado deverá clicar na ferramenta "Ações" do concurso de interesse e abrirá um menu para escolha da opção desejada. O sistema exibirá a opção de Documentação do Concurso, podendo ser consultado o edital de concurso e documentos a ele referentes.

Para visualizar a grade dos magistrados inscritos (que é ordenada à medida que as inscrições são concluídas) clicar na opção "Lista de Inscritos".

Na mesma ferramenta "Ações", acione a opção de "Inscrever" para iniciar o cadastramento da inscrição, seguindo os 5 passos abaixo:

Telas de Inscrição / Ajuste**São 5 (cinco) passos:****Passo 1 – Atualização Cadastral**

São apresentados os dados pessoais do Magistrado como nome, matrícula, endereço e afins. Caso os dados apresentados estejam incorretos, o Magistrado pode efetuar a atualização, clicando no botão azul Atualizar Dados. Será exibida nova página para atualização de Endereço, Telefones e Endereço Eletrônico. Se o endereço, telefone ou endereço eletrônico estiver incorreto, favor editar clicando no lápis ao lado esquerdo de cada informação que esteja incorreta. O sistema exibe tela para correção (abre a edição), se a informação for principal marque a opção de Principal e o sistema assumirá que esta será a informação principal. Caso a informação não esteja correta e/ou não existe mais poderá ser excluída clicando na lixeira ao lado esquerdo de cada informação.

Passo 2 – Escolha das Vagas

São quatro quadros: O primeiro, acima e ao lado esquerdo, com todas as vagas disponíveis para inscrição por antiguidade. O segundo acima e ao lado direito, para exibir as opções de antiguidade feitas pelo Magistrado. O terceiro abaixo e a esquerda, com todas as vagas disponíveis para inscrição por merecimento. O quarto abaixo e ao lado direito para exibir as opções de merecimento feitas pelo Magistrado.

Inscrição: a inscrição é feita individualmente para cada vaga ou coletivamente para todas as vagas, usando as setas voltadas para direita, colocadas entre os quadros de antiguidade e merecimento ou selecionando a vaga e arrastando para quadro de cargo escolhido. Poderá ser selecionada uma ou mais vagas a partir da seleção ao lado de cada vaga e utilizar a seta para movimentar as vagas coletivamente.

Exclusão: para excluir uma ou mais opções de vagas, o Magistrado procederá da mesma maneira que para a inscrição, usando, porém, as setas voltadas para esquerda ou arrastando a vaga para o quadro a esquerda.

Alteração da ordem de preferência o Magistrado deve selecionar a vaga cuja ordem de preferência queira alterar e, em seguida, acionar uma das setas colocadas à direita do quadro direito (a seta para cima serve para elevar a posição daquela vaga e a seta para baixo diminui o número de classificação dessa vaga). Há a possibilidade de selecionar a vaga e arrastá-la para ordenar na posição desejada.

Passo 3 – Declarar se detém ou não autos conclusos fora do prazo legal.

Escolher uma das opções abaixo:

1- Declaro nos termos do artigo 81, § 1º do RITJSP, que não detenho autos conclusos fora do prazo legal e que não dei causa a adiamento injustificado de audiência.

2 - Declaro nos termos do artigo 81, § 1º do RITJSP, que detenho autos conclusos fora do prazo legal e que não dei causa a adiamento injustificado de audiência.



No caso da opção 2, abrirá um campo onde deverá ser apresentada a justificativa.

Estando de acordo, tecle no botão Próximo.

Passo 4 – Conferir e Salvar

São apresentados todos os dados referentes à inscrição, que deverão ser conferidos minuciosamente pelo Magistrado. Estando de acordo, tecle no botão Salvar para efetivar a sua inscrição.

Passo 5 – Protocolo

O sistema retornará documento com número do protocolo, comprovando a inscrição para o concurso. Ao visualizar documento visualizado o ofício enviado para a SEMA - Secretaria da Magistratura, com todas as informações pertinentes à inscrição.

Sua inscrição está finalizada.

Selecione o item Concursos -> Pesquisa de Concurso de Promoção e Remoção para alterações, consultas ou novas inscrições.

Clique em seu nome ao lado direito superior e clique em Sair para encerrar.

Consulta de Inscrição e Ajuste

Ao acessar concursos nos quais o Magistrado se inscreveu eletronicamente, e que estão em vigência, será possível consultar a inscrição ou efetuar ajustes, até o término do prazo de inscrição. O ajuste só é disponibilizado após a inscrição concluída, seguindo o mesmo procedimento da inscrição.

Desistência

Durante o período de desistência, ao consultar concursos nos quais o Magistrado se inscreveu eletronicamente será possível efetuar a desistência da inscrição ou de vagas.

Presidência da Seção de Direito Privado

COMUNICADO Nº 4/2025

PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

NOVOS ENUNCIADOS DA COLENDIA 3ª CÂMARA DE

DIREITO PRIVADO (NºS 45 a 48)

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a relevância dos precedentes judiciais para a promoção da segurança e estabilidade jurídicas, com celeridade, na atividade pública de distribuição da justiça;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 926 e 927 da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil (CPC), assim como os ditames dos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça (RITJSP);

CONSIDERANDO o zeloso trabalho desempenhado pelos n. integrantes da **Colenda 3ª Câmara desta Seção de Direito Privado**, que vêm editando Enunciados desde abril de 2009, muitos deles convertidos em Súmulas desta Egrégia Corte;

CONSIDERANDO, finalmente, a edição de novos Enunciados na sessão de julgamento de 29.04.2025 (nºs 45 a 48);

A **PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO** publica, para conhecimento, os **Enunciados nºs 45 a 48**, aprovados pela **Colenda 3ª Câmara de Direito Privado** na sessão de 29.04.2025, com indicação dos julgados que os originaram:

Enunciado nº 45 – Não cabe pronta decretação do divórcio em sede de tutela de urgência em razão do perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Precedentes:

PROCESSO	RELATOR(A)	JULGAMENTO
<i>AI Segredo de Justiça</i>	João Pazine Neto	09/08/2024
<i>AI Segredo de Justiça</i>	Viviani Nicolau	31/03/2025
<i>AI Segredo de Justiça</i>	Donegá Morandini	11/03/2025
<i>AI Segredo de Justiça</i>	Schmitt Correa	18/02/2025
<i>AI Segredo de Justiça</i>	Schmitt Correa	26/11/2024



Enunciado nº 46 - O deferimento da gratuidade deve considerar apenas as condições pessoais do menor e não dos seus responsáveis legais, nas ações em que figure como parte.

Precedentes:

PROCESSO	RELATOR(A)	JULGAMENTO
AI 2109574-50.2025.8.26.0000	João Pazine Neto	15/04/2025
AI 2074767-04.2025.8.26.0000	Donegá Morandini	18/03/2025
AI 2046083-69.2025.8.26.0000	João Pazine Neto	21/02/2025
AI 2372088-89.2024.8.26.0000	Donegá Morandini	27/01/2025
AI 2300054-19.2024.8.26.0000	Viviani Nicolau	02/10/2024

Enunciado nº 47 - O deferimento da gratuidade em sede de inventário/arrolamento deve apenas considerar o acervo de bens a ser partilhado, desconsiderada a condição econômica dos herdeiros/legatários.

Precedentes:

PROCESSO	RELATOR(A)	JULGAMENTO
AI 2082814-64.2025.8.26.0000	Donegá Morandini	25/03/2025
AI2083265-89.2025.8.26.0000	Donegá Morandini	25/03/2025
AI 2018250-76.2025.8.26.0000	João Pazine Neto	31/01/2025
AI 2196876-54.2024.8.26.0000	João Pazine Neto	11/07/2024
AI 2183507-27.2023.8.26.0000	Viviani Nicolau	26/10/2023

Enunciado nº 48 - O deferimento da gratuidade é amplo, isentando o beneficiário dos recolhimentos relativos a obtenção de documentos essenciais ao desate da controvérsia, bem como a remuneração de mediadores/conciliadores.

Precedentes:

PROCESSO	RELATOR(A)	JULGAMENTO
AI 2087966-93.2025.8.26.0000	João Pazine Neto	27/03/2025
AI 2293719-18.2023.8.26.0000	Viviani Nicolau	30/01/2024
AI 2036823-36.2023.8.26.0000	Viviani Nicolau	14/03/2023
AI 2004843-08.2022.8.26.0000	Donegá Morandini	28/03/2022

Subseção III: Atos e comunicados da Corregedoria Geral da Justiça

SEMA

DESPACHO

Nº 1000237-71.2025.8.26.0218 - **Processo Digital. Petições para juntada devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos do artigo 7º da Res. 551/2011** - Apelação Cível - Guararapes - Apelante: Sarah Brenda Vieira Scolari Silva - Apelado: Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Guararapes - Vistos. Ao Colendo Conselho Superior da Magistratura compete o julgamento das dúvidas suscitadas pelos Oficiais de Registros Públicos, na forma do artigo 64, VI, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 03/69, e do artigo 16, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O procedimento de dúvida, previsto nos artigos 198 e seguintes da Lei nº 6.015/73, é pertinente somente quando o ato colimado é suscetível de registro em sentido estrito. Ocorre que, no caso específico dos autos, busca-se a retificação administrativa de registro do imóvel objeto da matrícula nº 11.407 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Guararapes, o que desafia o ato de averbação, cuja competência para apreciação é da Corregedoria Geral da Justiça. E se assim é, a apelação interposta deve ser recebida como recurso administrativo. Ante o exposto, sendo incompetente o Colendo Conselho Superior da Magistratura, determino a remessa dos autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Providencie-se o necessário ao cumprimento da presente decisão. Publique-se. São Paulo, 16 de junho de 2025 - Magistrado(a) Francisco Loureiro (Corregedor Geral) - Advs: Vitor Montagna Carvalho (OAB: 442796/SP) - Rafaela Parpinéli de Oliveira (OAB: 486702/SP) - Bruna Montagna Carvalho (OAB: 487815/SP)

DESPACHO

Nº 1015614-48.2025.8.26.0100 - **Processo Digital. Petições para juntada devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, nos termos do artigo 7º da Res. 551/2011** - Apelação Cível - São Paulo - Apelante: Regiane Ferrabras Alho - Apelado: Quinto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital - Vistos, Regularize a apelante, em quinze dias, a sua representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso. Após, conclusos. Int. São Paulo, 16 de junho de 2025 - Magistrado(a) Francisco Loureiro (Corregedor Geral) - Advs: Marcus Vinicius Costa Falkenburg (OAB: 166239/SP)

**GABINETE DO CORREGEDOR GERAL**

**Comunicado CG nº 454/2025
(Processo nº 2024/138884)****COMUNICADO**

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA aos Senhores Magistrados, Dirigentes e Servidores Judiciais que, em relação às pendências apontadas no sistema CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Penais, que podem ensejar requisição de informações por parte do órgão de controle, foi formulada consulta ao Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de esclarecer a natureza dos estabelecimentos penais sujeitos às inspeções mensais previstas no art. 13 das NSCGJ, no art. 66, VII, da LEP e na Resolução n.º 593/2024. O órgão de controle, então, nos termos do acórdão anexo, fixou a seguinte tese, corroborando a orientação transmitida aos Juízes Corregedores Permanentes da Polícia Judiciária:

“1. Todos os estabelecimentos de privação de liberdade, inclusive delegacias de polícia utilizadas como centrais de flagrante, devem ser submetidos a inspeções judiciais mensais, independentemente do tempo de custódia ou do motivo da prisão. 2. O disposto no art. 1º, §1º, da Resolução CNJ nº 593/2024 deve orientar desde já as inspeções judiciais, ainda que a norma ainda esteja em *vacatio legis*.”

Reitera-se que todas as instalações onde pessoas conduzidas permaneçam até serem apresentadas à autoridade judicial para realização de audiência de custódia, mesmo que por exíguo lapso de tempo, seja porque presas em flagrantes, seja porque presas em decorrência do cumprimento de mandado de prisão criminal ou civil, ou, ainda, de descumprimento de deveres inerentes à saída temporária, devem ser vistoriados mensalmente.

Comunica, outrossim, que caso seja necessário o cadastro ou a inativação, no CNIEP, de algum estabelecimento penal, a exemplo de cadeias públicas desativadas pelas respectivas Delegacias Seccionais de Polícia, o pedido deverá partir do e-mail institucional do magistrado ou do diretor/coordenador da unidade judicial, com destino ao e-mail: corregedoria.sistema@tjsp.jus.br, com os seguintes dados: nome do estabelecimento, endereço, cep, cidade, telefone e e-mail.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CPA n.º 2024/00138884

VISTOS.

Trata-se de expediente instaurado para tratar de pendências obrigatórias apontadas no sistema Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Prisionais (CNIEP), as quais podem ensejar requisição de informações por parte do órgão de controle (fls. 54/55).

Ciente do acórdão em resposta à consulta formulada pelo Corregedoria Geral de Justiça ao Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de esclarecer a natureza dos estabelecimento penais sujeitos a inspeções mensais previstas no art. 13 das NSCGJ, no art. 66, VII, da LEP e na Resolução n.º 593/2024 (fls. 112/113 e 188/194). Foi fixada a seguinte tese, corroborando a orientação transmitida por esta Assessoria, pelo GAB 4.1.1.2 e pela SPI aos juízes corregedores permanentes da polícia judiciária:

“1. Todos os estabelecimentos de privação de liberdade, inclusive delegacias de polícia utilizadas como centrais de flagrante, devem ser submetidos a inspeções judiciais mensais, independentemente do tempo de custódia ou do motivo da prisão. 2. O disposto no art. 1º, §1º, da Resolução CNJ n.º 593/2024 deve orientar desde já as inspeções judiciais, ainda que a norma ainda esteja em *vacatio legis*.”

Encaminhem-se os autos à coordenadoria/diretoria responsável para elaboração de comunicado destinado aos juízes, gestores e servidores de todo o Estado, visando assegurar o amplo conhecimento dos termos da resposta do Conselho Nacional Justiça, à qual foi conferida força normativa, nos termos do voto do relator.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAUJO (02/06/25). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00138884 e o código BN9268NM.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

São Paulo, 2 de junho de 2025.

GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAÚJO

Juiz Assessor da Corregedoria

(assinatura digital)

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAUJO (02/06/25).
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/abrirConferenciaDocOriginal.do> e informe o processo 2024/00138884 e o código BN9268NM.



Conselho Nacional de Justiça
PJe - Processo Judicial Eletrônico

21/05/2025

Número: 0007700-17.2024.2.00.0000Classe: **CONSULTA**Órgão julgador colegiado: **Plenário**Órgão julgador: **Gab. Cons. Pablo Coutinho Barreto**Última distribuição : **26/11/2024**Valor da causa: **R\$ 0,00**Assuntos: **Resolução**Segredo de justiça? **NÃO**Justiça gratuita? **NÃO**Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CGJSP (CONSULENTE)				
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (CONSULTADO)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	
6025148	17/05/2025 13:00	<u>Acórdão</u>	Acórdão	



**Conselho Nacional de Justiça
Gabinete do Conselheiro Pablo Coutinho Barreto**

Autos: **CONSULTA - 0007700-17.2024.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CGJSP**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

***Ementa:* DIREITO ADMINISTRATIVO E PENAL. CONSULTA. INSPEÇÕES JUDICIAIS. ESTABELECIMENTOS DE PRIVACAO DE LIBERDADE. DELEGACIAS DE POLICIA E CENTRAIS DE FLAGRANTE. APLICACAO IMEDIATA DO ART. 1º, §1º, DA RESOLUCAO CNJ Nº 593/2024. CONSULTA RESPONDIDA.**

I. CASO EM EXAME

1. Consulta formulada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo (CGJSP) com o objetivo de esclarecer a natureza dos estabelecimentos sujeitos a inspeções judiciais mensais, à luz da Resolução CNJ nº 47/2007, diante de dúvidas de juízes corregedores quanto à necessidade de inspeções em delegacias de polícia que funcionam como centrais de flagrantes ou que mantêm carceragens apenas até a audiência de custódia.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em definir se as delegacias de polícia utilizadas como centrais de flagrantes ou para custódia provisória até audiência de custódia devem ser submetidas às inspeções judiciais mensais previstas na normativa vigente.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A Resolução CNJ nº 47/2007 foi revogada pela Resolução CNJ nº 593/2024, a qual especificou a abrangência dos estabelecimentos sujeitos à inspeção judicial, incluindo delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios, penitenciárias, colônias penais, casas de albergado, hospitais de custódia e outras instituições que mantenham pessoas em situação de privação de liberdade em decorrência de processo penal.

4. O art. 1º, §1º, da Resolução CNJ nº 593/2024 estabelece que todos os espaços de privação de liberdade em decorrência de processo penal devem



ser inspecionados, independentemente do tempo de custódia ou do motivo da prisão.

5. Embora a Resolução CNJ nº 593/2024 preveja sua vigência apenas após 180 dias de sua publicação, seu conteúdo, notadamente o art. 1º, §1º, deve desde já orientar as inspeções realizadas pelo Poder Judiciário.

6. Parecer do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) que se manifestou no sentido de que a regra aplica-se, inclusive, às delegacias utilizadas exclusivamente como centrais de flagrantes.

7. Manifestação técnica aprovada por unanimidade pela Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública (CPJCISP).

IV. DISPOSITIVO E TESE

8. Consulta respondida.

Tese de julgamento: 1. Todos os estabelecimentos de privação de liberdade, inclusive delegacias de polícia utilizadas como centrais de flagrante, devem ser submetidos a inspeções judiciais mensais, independentemente do tempo de custódia ou do motivo da prisão. 2. O disposto no art. 1º, §1º, da Resolução CNJ nº 593/2024 deve orientar desde já as inspeções judiciais, ainda que a norma ainda esteja em *vacatio legis*.

Dispositivos relevantes citados: Resolução CNJ nº 593/2024, art. 1º, §1º; RICNJ, art. 89, §2º.

ACÓRDÃO

Em elaboração Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Luís Roberto Barroso, Mauro Campbell Marques, Caputo Bastos, José Rotondano, Mônica Nobre, Alexandre Teixeira, Renata Gil, Daniela Madeira, Guilherme Feliciano, Pablo Coutinho Barreto, João Paulo Schoucair, Ulisses Rabaneda, Marcello Terto, Daiane Nogueira de Lira e Rodrigo Badaró.



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Pablo Coutinho Barreto

Autos: **CONSULTA - 0007700-17.2024.2.00.0000**

Requerente: **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CGJSP**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RELATÓRIO

O CONSELHEIRO PABLO COUTINHO BARRETO (Relator):



Trata-se de Consulta formulada pela CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CGJSP) na qual requer esclarecimentos sobre a natureza dos estabelecimentos penais passíveis de inspeção, nos termos da Resolução CNJ n.º 47/2007, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal.

A CGJSP relata o recebimento de diversos questionamentos de juízes corregedores permanentes dos presídios de diversas comarcas sobre os estabelecimentos que estariam sujeitos à inspeção.

Informa que os magistrados são orientados no sentido de que todos os locais onde pessoas conduzidas permaneçam presas devem ser vistoriados mensalmente, independente do tempo e da natureza da segregação.

Salienta, todavia, que alguns juízes corregedores indagam sobre a real necessidade de inspecionar delegacias que funcionam apenas como central de flagrantes ou que possuem carceragem para uso exclusivo durante o intervalo dos procedimentos policiais até a audiência de custódia.

Diante dessas dúvidas, a CGJSP, com o objetivo de melhor orientar as equipes que exercem a função correccional e manejam os sistemas do Tribunal, notadamente o BNMP 3.0, requer o pronunciamento deste Conselho quanto à questão.

No despacho de Id. 5817828, encaminhei os autos ao Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública (CPJCISP), o Conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano, para emissão de parecer sobre o assunto, que solicitou manifestação técnica do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) (Id. 5818637).

O DMF emitiu parecer esclarecendo que a Resolução n.º 47/2007 foi revogada pela Resolução CNJ n.º 593/2024, a qual define, de forma clara, quais os estabelecimentos de privação de liberdade se sujeitam à inspeção, abrangendo uma ampla gama de locais, incluindo delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios e outras instituições que mantenham pessoas presas por ordem judicial (Id. 5870673).

Informa que a nova resolução apenas formaliza o entendimento já existente sobre a necessidade de se inspecionar locais de custódia, independentemente do tempo de permanência ou da natureza da prisão, abrangendo, inclusive, as delegacias de polícia utilizadas como centrais de flagrante.

O parecer foi aprovado à unanimidade pelos membros da Comissão com restituição dos autos a esta relatoria (Id. 5873649).

É o relatório.



**Conselho Nacional de Justiça
Gabinete do Conselheiro Pablo Coutinho Barreto**

Autos: **CONSULTA - 0007700-17.2024.2.00.0000**
Requerente: **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CGJSP**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

O CONSELHEIRO PABLO COUTINHO BARRETO (Relator):

A dúvida suscitada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo (CGJSP) atende aos preceitos da art. 89 do RICNJ^[1], porquanto dotada de interesse e de repercussão gerais para o Poder Judiciário, além de envolver questionamento referente à interpretação da Resolução CNJ n.º 47/2007, que dispunha sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos na norma regimental, passo a responder a indagação acerca de quais estabelecimentos prisionais se submetem à inspeção dos(as) juízes(izas) corregedores(as).

Diante da particularidade da matéria, encaminhei os autos ao Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública (CPJCISP), o Conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano, que solicitou manifestação técnica do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) para melhor subsidiar a deliberação (Id 5818637).

O irretocável parecer foi juntado sob o Id 587067, que analisou o tema da seguinte forma:

[...]

A Resolução CNJ n.º 47/2007, mencionada pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi editada a fim de regulamentar a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes e juízas da execução criminal, atenta ao disposto no art. 66 da Lei de Execução Penal.

Todavia, na 14ª Sessão Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2024, o Plenário do CNJ apreciou o Ato n.º 0004380-56.2024.2.00.0000 e aprovou a Resolução CNJ n.º 593/2024, disponibilizada no DJe/CNJ n.º 284/2024, de 14 de novembro de 2024.

O referido ato normativo prevê a revogação da Resolução CNJ n.º



47/2007 e traz regramento aprimorado e atualizado às inspeções judiciais nos espaços de privação de liberdade. Desse modo, de forma mais completa que a normativa anterior, traz a seguinte disposição no art. 1º, §1º:

Art. 1º Fixar diretrizes para a realização de inspeções nos estabelecimentos de privação de liberdade por parte de juízes corregedores e juízas corregedoras de presídios, juízes e juízas da execução penal e com competência criminal.

§ 1º Consideram-se estabelecimentos de privação de liberdade as delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios, penitenciárias, colônias penais agrícolas e industriais, casas de albergado, hospitais de custódia e outras instituições que mantenham pessoas em situação de privação de liberdade em decorrência de processo penal. [destaques acrescidos]

Vale ressaltar que o citado dispositivo apenas explicita entendimento já adotado em relação às disposições trazidas pela Resolução CNJ nº 47/2007, considerando que as inspeções são devidas em todos os espaços destinados à custódia de pessoas, independente de lapso temporal e da motivação da privação de liberdade.

Nesse sentido, e apesar de a Resolução CNJ nº 593/2024 prever que sua vigência apenas ocorrerá em 180 (cento e oitenta dias) após sua publicação, o disposto no art. 1º, §1º, já deve balizar as inspeções a cargo do Poder Judiciário.

Em face do exposto, o DMF, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.106/2009 e no art. 40-A do RICNJ, manifesta-se no sentido de que as inspeções judiciais mensais devem ser realizadas em todos os estabelecimentos de privação de liberdade, o que abrange *“estabelecimentos de privação de liberdade as delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios, penitenciárias, colônias penais agrícolas e industriais, casas de albergado, hospitais de custódia e outras instituições que mantenham pessoas em situação de privação de liberdade em decorrência de processo penal”*.

É o parecer, sub censura.

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ

Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF



Considerando que o parecer é suficientemente abrangente, deve ser adotado na integralidade, dispensando-se complementações.

Além disso, devo lembrar que, na condição de membro da referida Comissão Permanente, me manifestei favoravelmente à opinião técnica, assim como os demais integrantes (o Presidente, Conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano, a Conselheira Renata Gil e o Conselheiro João Paulo Schoucair).

Ante o exposto, **respondo a Consulta no seguinte sentido:**

Nos termos do art. 1º, da Resolução CNJ n.º 593/2024, as inspeções judiciais mensais devem ser realizadas em todos os estabelecimentos de privação de liberdade, o que abrange os *“estabelecimentos de privação de liberdade as delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios, penitenciárias, colônias penais agrícolas e industriais, casas de albergado, hospitais de custódia e outras instituições que mantenham pessoas em situação de privação de liberdade em decorrência de processo penal”*.

Aprovada pela maioria dos membros deste Conselho, **intimem-se todos os Tribunais para que seja conferida força normativa geral à presente resposta**, assim como prevê o art. 89, §2º, do RICNJ^[2].

É como voto.

Realizadas as comunicações legais, arquivem-se os autos.

Brasília/DF, data registrada em sistema.

Pablo Coutinho Barreto

Conselheiro Relator

[1] Art. 89. O Plenário decidirá sobre consultas, em tese, de interesse e repercussão gerais quanto à dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.

[2] Art. 89. [...]

§ 2º A resposta à consulta, quando proferida pela maioria absoluta do Plenário, tem caráter normativo geral

**JUDICIAL****Dicoge 2**

Processo nº 0004009-42.2023.8.26.0408 – Sindicância – A. J. DE O. DECISÃO: Vistos. Acolho o parecer apresentado pelo MM. Juiz Assessor da Corregedoria e, por seus fundamentos, NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por A. J. DE O., oficial de justiça, matrícula n.º (-), ficando mantida a decisão da Corregedoria Permanente da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados da Comarca de (-), a qual, reconhecendo que referido servidor violou as disposições do artigo 241, III e XIII, da Lei n.º 10.261/68, aplicou-lhe pena disciplinar de suspensão, por 90 (noventa) dias, sem conversão em multa, na forma dos artigos 251, II e 254, caput, da mesma lei. Comunique-se à Secretaria de Gestão de Pessoas com urgência. Após, devolvam-se os autos à origem. Intime-se. São Paulo, 3 de junho de 2025. FRANCISCO LOUREIRO, Corregedor Geral da Justiça. Adv: CARLOS ALBERTO BARBOSA FERRAZ (OAB 105113/SP).

SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA**COMUNICADO CG Nº 690/2024
(CPA nº 2014/42981)**

(Republicado com inclusão do código 15413 na tabela do item 2.1)

A Corregedoria Geral da Justiça, no contexto do Comunicado Conjunto nº 343/2022, considerando a importância do lançamento correto das movimentações de suspensão/sobrestamento e o seu respectivo levantamento nos processos judiciais, COMUNICA aos MM. Juízes de Direito, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais do Primeiro Grau que:

1) Na sistemática do CNJ, os apontamentos de **suspensão/sobrestamento** devem ser realizados por intermédio de movimentações da **hierarquia do Magistrado**, ao passo que os **levantamentos de suspensão/sobrestamento** devem ser realizados por meio de movimentações da **hierarquia de Serventuário**.

2) Deverão ser utilizadas as movimentações específicas considerando cada caso concreto, combinando a suspensão/sobrestamento e o seu respectivo levantamento, conforme as tabelas atualizadas dos itens 2.1 e 2.2.

2.1) Tabela atualizada de movimentações de suspensão/sobrestamento da **árvore de decisão**, bem como a respectiva movimentação de levantamento, em substituição à tabela do Comunicado Conjunto nº 343/2022:

Código	Movimentações - Suspensão (Decisão - Magistrado)	Código	Movimentações-Levantamento da Suspensão (Serventuário)
263	Processo Suspenso por Réu Revel Citado por Edital	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
264	Suspensão Condicional do Processo	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
268	Processo Suspenso por Morte ou Perda da Capacidade	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
272	Processo Suspenso por Dependência do Julgamento de Outra Causa, de Outro Juízo ou Declaração Incidente	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
275	Processo Suspenso ou Sobrestado por Força Maior	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
276	Processo Suspenso ou Sobrestado por Execução Frustrada	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
277	Processo Suspenso ou Sobrestado por Convenção das Partes para Satisfação Voluntária da Obrigação em Execução ou Cumprimento de Sentença	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
898	Processo Suspenso ou Sobrestado por Decisão Judicial	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
12259	Determinação de Suspensão ou Sobrestamento dos Autos em Razão de Prescrição Intercorrente	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
61236	Processo Suspenso por 1 ano	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
61237	Processo Suspenso por 6 meses	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
265	Processo Suspenso por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral	14975	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral
11975	Processo Suspenso por Recurso Especial Repetitivo	14976	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo



12098	Processo Suspenso por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	14985	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
12099	Suspensão por Decisão do Presidente do STJ em razão da SIRDR	14978	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STJ- SIRDR
12100	Suspensão por Decisão do Presidente do STF em razão da SIRDR	14977	Levantada Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STF- SIRDR
14968	Processo Suspenso ou Sobrestado por Incidente de Assunção de Competência	14979	Levantada a Causa Suspensiva de Suspensão ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Incidente de Assunção de Competência - IAC
14969	Processo Suspenso ou Sobrestado por Grupo de Representativos	14980	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Grupo de Representativos
14970	Processo Suspenso ou Sobrestado por Controvérsia	14981	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Controvérsia
14971	Processo Suspenso ou Sobrestado por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade do STF	14982	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento - Suspensão / Sobrestamento Determinada por Ação de Controle Conc. de Constitucionalidade - STF
15204	Processo suspenso por não localização do adolescente	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
15247	Processo suspenso em razão de expedição de precatório	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
15248	Processo suspenso em razão de expedição de RPV	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
15413	Processo suspenso em razão de ajuizamento de ação coletiva	15414	Levantada a Causa Suspensiva ou de Sobrestamento

2.2) Tabela atualizada de movimentações de suspensão/sobrestamento da árvore de despacho, bem como a respectiva movimentação de levantamento, em substituição à tabela do Comunicado Conjunto nº 343/2022:

Código	Movimentações - Suspensão (Despacho - Magistrado)	Código	Movimentações - Levantamento da Suspensão (Serventuário)
11012	Processo Suspenso ou Sobrestado por Conflito de Competência	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
11013	Processo Suspenso por Convenção das Partes	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
11016	Processo Suspenso ou Sobrestado por Exceção da Verdade	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
11017	Processo Suspenso ou Sobrestado por Incidente de Insanidade Mental	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
11018	Processo Suspenso ou Sobrestado por Recebimento de Embargos de Execução	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
15009	Processo Suspenso por Impedimento ou Suspeição	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos
15238	Suspensão o processo por homologação de acordo ou transação	12066	Levantada a Suspensão ou Sobrestamento dos Autos

3) Após a decisão do Magistrado que determina a suspensão do processo em razão de recurso extraordinário, recurso especial repetitivo, IAC, IRDR etc., as Unidades Judiciais devem lançar as movimentações referentes aos temas respectivos, códigos acima de 75000, 79000, 80000, 85000, divulgadas pelo NUGEPNAC, conforme determina o Provimento CSM nº 2.601/2021 (<http://esaj.tjsp.jus.br/gecon/legislacao/find/195682>).

4) As movimentações de levantamento da suspensão e referentes aos temas não alteram a situação do processo no sistema SAJ-PG5 para "suspensão", pois embora suspenso o andamento, são considerados processos pendentes.

5) O não lançamento da respectiva movimentação de suspensão/sobrestamento no despacho/decisão em processo ainda não julgado e/ou baixado ocasionará que o processo fique "pendente" na Meta 2 do CNJ.

Dúvidas poderão ser dirimidas pela Secretaria da Primeira Instância exclusivamente pelo Portal de Chamados (<https://suporte.tjsp.jus.br>), selecionando a categoria "Práticas Cartorárias e Distribuição > Planejamento > Planejamento - Movimentações".

**EXTRAJUDICIAL****Dicoge 3.1****COMUNICADO CG Nº 449 /2025**

PROCESSO CG Nº 2010/86621

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos(às) MM. Juízes(as) Corregedores(as) Permanentes que as unidades extrajudiciais relacionadas no quadro abaixo encontram-se inadimplentes em relação à apuração/comunicação da ocorrência de “excedente de receita” no período indicado desde 10/05/2025. Cumpre esclarecer que nos termos do § 2º, do Art. 71-H, do Provimento nº 149/2023, “A designação do interino deverá ser revogada, por quebra de confiança, se for constatado o não repasse ao Tribunal de Justiça do excedente ao limite imposto para a sua remuneração”.

Unidades Inadimplentes_Excedente de Receita_Janeiro-Fevereiro-Março (Relatório gerado em 10.06.2025)			
Qtd.	CNS	Descrição	Comarca
1	116624	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS	SANTANA DO PARNAÍBA
2	112011	1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	ARAÇATUBA
3	112458	2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	ARAÇATUBA
4	117283	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE TUIUTI	BRAGANÇA PAULISTA
5	113969	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE	MONTE APRAZÍVEL
6	117820	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE TORRINHA	BROTAS
7	124065	TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	ELDORADO
8	122077	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE	JACUPIRANGA
9	117697	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ	PATROCÍNIO PAULISTA
10	116889	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE SABINO	LINS
11	126052	TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	MIRACATU
12	123083	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO	TUPI PAULISTA
13	120998	OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA	ITU
14	120980	OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA	AMPARO
15	113324	3º TABELIÃO DE NOTAS	OSASCO
16	114850	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO	ITARIRI
17	111955	1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
18	122192	TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS	CHAVANTES
19	114710	OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO	JACUPIRANGA

DJE 12,16 e 18/06/2025

COMUNICADO CG Nº 463/2025**PROCESSO DIGITAL Nº 2022/127959 – UNIDADES VAGAS – DECLARAÇÃO DE EXCEDENTE DE RECEITA**

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, nos termos dos Provimentos nº 149/2023, Art. 194, inc. I, e nº 76/2018, do E. CNJ, **COMUNICA** aos(às) interinos(as) responsáveis por unidades extrajudiciais vagas do Estado de São Paulo e a seus respectivos MM. Juízes(as) Corregedores(as) Permanentes que em **10/07/2025** encerra-se o prazo para o recolhimento ao FEDTJ dos valores apurados como excedente de receita relativos ao **2º trimestre de 2025**, e que em **10/08/2025**, encerra-se o prazo para o envio da prestação de contas pertinente, instruída com os documentos obrigatórios, nos termos do Comunicado CG nº 117/2023.

COMUNICA AINDA, que os links de acesso aos modelos a serem utilizados para a prestação de contas pertinente, bem como ao roteiro de preenchimento, acompanham a disponibilização deste comunicado no Portal do Extrajudicial.

COMUNICA AINDA, que a apresentação obrigatória das certidões de regularidade fiscal, deve observar as seguintes condições:

a) As certidões requisitadas junto à Receita Federal, à Caixa Econômica Federal (FGTS) e ao Tribunal Superior do Trabalho devem ser expedidas com base no **CPF do(a) interino(a)**;



b) A certidão requisitada junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo deve ser expedida com base no **CNPJ da serventia**;

c) A certidão requisitada junto à Fazenda Municipal deve ser expedida com base no **CNPJ da serventia**, ou no número da **Inscrição Municipal**, conforme regra incidente no município da unidade

d) Nos casos em que haja impossibilidade de expedição de certidões em razão de existência de débitos não atrelados à gestão do(a) interino(a), deve o(a) responsável prestar declaração, com os devidos esclarecimentos, e com a ciência do(a) MM. Juiz(a) Corregedor Permanente.

COMUNICA AINDA, que o teto remuneratório de interinos(as) passa a equivaler a R\$ 125.536,46 (Cento e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e seis e quarenta e seis centavos).

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA **ALERTA** os(as) interinos(as) que é vetada qualquer alteração na planilha de cálculo que deve apurar o valor a ser recolhido como excedente de receita, sendo permitida, tão somente, a inserção dos valores pertinentes. A ação tendente a alterar a estrutura da planilha pode ensejar a instauração de expediente apto a apurar a ocorrência de quebra de confiança, nos termos do item 12, do Capítulo XIV, das Normas Extrajudiciais.

COMUNICA, MAIS, que é obrigatória a observância do Comunicado CG 117/2023.

COMUNICA, MAIS, que nos termos do Art. 71-H do Provimento CNJ nº 149/2023, o teto de remuneração aplicável aos Interinos independe do exercício de múltiplas interinidades.

COMUNICA, MAIS, nos termos dos Comunicados CG nº 423/2024 e CG nº 955/2024, que é obrigatória a inserção, na Declaração Mensal do Portal do Extrajudicial, dos documentos comprobatórios das despesas realizadas e outras receitas (repasse do SINOREG) recebidas pela serventia, além da Relação sintética dos atos praticados dos meses em referência.

COMUNICA, FINALMENTE, que os documentos devem ser encaminhados à CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA única e exclusivamente pelo e-mail dicoge@tjsp.jus.br

DJE 16, 17 e 18/06/2025

COMUNICADO CG Nº 464/2025

PROCESSO DIGITAL Nº 2022/127959 – DECLARAÇÃO DE EXCEDENTE DE RECEITA EM RAZÃO DE SUSPENSÃO DE TITULARES DE UNIDADES EXTRAJUDICIAIS – TETO REMUNERATÓRIO DE INTERVENTORES.

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA **COMUNICA** aos(às) MM. Juizes(as) Corregedores(as) Permanentes do Estado de São Paulo que o teto remuneratório fixado pelo CNJ a interinos, nos termos do Provimento nº 149/2023, Art. 194, inc. I, se aplica aos(às) Substitutos(as)/Interventores(as) que respondem pela unidade extrajudicial durante o período do cumprimento de pena de suspensão/afastamento do Titular.

COMUNICA, AINDA, que, os(as) Substitutos(as) dos(as) Titulares das delegações, por intermédio dos(as) MM. Juizes(as) Corregedores(as) Permanentes, deverão informar sobre o recolhimento ou não de excedente de receita no período da suspensão, informando as datas exatas do início e fim do cumprimento da penalidade. Observadas suas peculiaridades, a prestação de contas do(a) substituto(a) do(a) titular suspenso(a) poderá se utilizar da planilha disponibilizada às unidades vagas no Portal do Extrajudicial.

COMUNICA, FINALMENTE, que os documentos devem ser encaminhados à CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA única e exclusivamente pelo e-mail dicoge@tjsp.jus.br.

DJE 16, 17 e 18/06/2025

PROCESSO PJEOR Nº 0001300-31.2024.2.00.0826 – LENÇÓIS PAULISTA

DECISÃO Vistos. Aprovo o parecer apresentado pela MM. Juíza Assessora da Corregedoria e por seus fundamentos, ora adotados, nomeio, em substituição do Sr. Mateus José Pereira de Andrade, para responder, a partir de 29.12.2024, pelo expediente da delegação vaga correspondente ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Lençóis Paulista, o Sr. Fábio Toledo Torresan, titular do 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Lençóis Paulista. Publique-se. São Paulo, 16 de junho de 2025. **FRANCISCO LOUREIRO** - Corregedor Geral da Justiça.

PROCESSO PJEOR Nº 0000302-29.2025.2.00.0826 – PARAIBUNA

DECISÃO Vistos. Aprovo o parecer apresentado pelo MM. Juiz Assessor da Corregedoria e por seus fundamentos, ora adotados, a) declaro a vacância da delegação relativa ao Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Paraibuna, a partir de 2.4.2025, diante da investitura do anterior titular, o Sr. Roger Giarretta Stefanello, em nova delegação; b) designo, para responder pelo expediente da delegação vaga, a Sra. Kate Renata Marcondes, preposta substituta da unidade, no período de 02.04.2025 até a disponibilização desta decisão no DJE, e, doravante, para a função de interino, nomeio o Sr. Artur Silva de Aguiar, titular do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Luiz do Paraitinga; e c) determino a inclusão da delegação correspondente ao Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Paraibuna na lista de unidades vagas, sob o nº 2434, pelo critério de Provimento. Publique-se. São Paulo, 16 de junho de 2025. **FRANCISCO LOUREIRO** - Corregedor Geral da Justiça.

**PROCESSO PJECOR Nº 0000467-76.2025.2.00.0826 – SÃO PEDRO**

DECISÃO Vistos. Aprovo o parecer apresentado pelo MM. Juiz Assessor da Corregedoria e por seus fundamentos, ora adotados, nomeio, em substituição da Sra. Pâmela Bomtorin Nolasco, para responder, a partir de 2 de maio de 2025, pelo expediente da delegação vaga referente ao Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Pedro, a Sra. Renata Quina de Oliveira Assumpção, Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Águas de São Pedro, da Comarca de São Pedro. Publique-se. São Paulo, 16 de junho de 2025. **FRANCISCO LOUREIRO** - Corregedor Geral da Justiça.

PROCESSO PJECOR Nº 0001122-19.2023.2.00.0826 – SÃO VICENTE

DECISÃO Vistos. Aprovo o parecer da MM. Juíza Assessora da Corregedoria e, por seus fundamentos, que adoto, a) declaro a vacância da delegação relativa ao 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Vicente, em 05.10.2023, diante da investidura em nova delegação (e, consequentemente, da renúncia tácita) do então titular, o Sr. Henrique Resende Siqueira; b) designo, para responder pela serventia vaga, a partir de igual data, o Sr. Henrique Resende Siqueira, agora titular do 4º Tabelião de Notas da Comarca de Jundiaí; e c) determino a inclusão da delegação correspondente ao 2º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Vicente, na lista de unidades vagas, sob o nº 2343, pelo critério de remoção. Publique-se. São Paulo, 16 de junho de 2025. **FRANCISCO LOUREIRO** - Corregedor Geral da Justiça.

Dicoge 5.1**COMUNICADO CG Nº 469/2025****PROCESSO Nº 2025/78933 – SÃO PAULO – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS**

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA, para conhecimento geral, o recebimento de informações do Juízo supramencionado, noticiando a comunicação do 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, acerca da suposta ocorrência de fraude atribuída à referida Unidade, em registro de Constituição Por Transformação de Sociedade Simples em Sociedade Empresária Limitada de JM Prime Materiais Para Construção LTDA., inscrita no CNPJ nº 55.***.***-0001-38, na qual figuram como sócios Jean Marcel Afonso Passos, inscrito no CPF nº 458.***.***-09 e Vania Medeiros Gato Passos, inscrita no CPF nº 279.***.***-79, datada de 02/06/2024, protocolado e prenotado sob nº 963.046, e registrado em microfilmagem sob o nº 985.201, em 05/07/2024, tendo em vista o fato de não existir, no acervo da Unidade, o registro da pessoa jurídica constante no instrumento.

COMUNICADO CG Nº 470/2025**PROCESSO Nº 2025/78826 – SÃO PAULO – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS**

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA, para conhecimento geral, o recebimento de informações do Juízo supramencionado, noticiando a comunicação do 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital, acerca da suposta ocorrência de fraude, atribuída à referida Unidade, em registro de Contrato Social de Sociedade Limitada de R&B Comercio Importacao Exportacao e Solucoes em Servicos Empresariais LTDA., no qual figuram como sócios Rafael Araujo Batista, inscrito no CPF nº 442.***.***-00 e Jessica Guerreiro de Miranda, inscrita no CPF nº 408.***.***-04, datado de 16/04/2018, protocolado e prenotado sob nº 732.148, em 20/04/2018 e registrado em microfilmagem sob o nº 655.106, em 27/04/2018, tendo em vista o fato de não existir, no acervo da Unidade, o registro da pessoa jurídica constante no instrumento.

Subseção IV: Julgamentos Administrativos do Órgão Especial**SEMA 1.2****SEMA 1.1.2**

Nº 2024/49.838 – CAMPINAS - O Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ EUGÊNIO DO AMARAL SOUZA NETO, Juiz de Direito Assessor da Presidência da Seção de Direito Criminal, no uso de suas atribuições legais, em 17/06/2025, exarou o seguinte despacho (fl. 444 dos autos): "Vistos. Fls. 401/442: Defiro o pedido de juntada de documentos como prova emprestada, bem como homologo a desistência da oitiva das testemunhas (...). Providencie-se o necessário para que essas testemunhas não precisem comparecer à audiência designada. Int."

NOTA DE CARTÓRIO: O processo nº 2024/49.838 tramita digitalmente no SAJ/ADM - CPA, caso haja o interesse na obtenção de cópias, enviar solicitação para o seguinte endereço de e-mail: oeadm@tjsp.jus.br.

ADVOGADOS(AS): Átila Pimenta Coelho Machado - OAB/SP nº 270.981, Luiz Augusto Sartori de Castro - OAB/SP nº 273.157, Gabriela Camargo Correa - OAB/SP nº 398.773, Giovana Dutra de Paiva - OAB/SP nº 357.613, Luna Perel Harari - OAB/SP nº 357.651 e outros.



Subseção V: Dados Estatísticos de Segundo Grau

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E INDICADORES DE DESEMPENHO
ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO DE 2025
FORNECIDA PELO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DA CÂMARA ESPECIAL - S.J.6.2
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
RECURSOS ENTRADOS						
Recursos Extraordinários	13	17	28	16	16	90
Recursos Especiais	34	95	155	102	73	459
Recursos Extraordinários e Especiais	10	16	19	18	10	73
Recursos Ordinários	1	3	2	1	0	7
Total	58	131	204	137	99	629
AGRAVOS ENTRADOS						
Agravos nos Recursos Extraordinários	1	6	12	8	9	36
Agravos nos Recursos Especiais	25	29	19	78	67	218
Total	26	35	31	86	76	254
EMBARGOS ENTRADOS						
Embargos nos Recursos Extraordinários	2	1	0	1	2	6
Embargos nos Recursos Especiais	0	0	0	1	0	1
Total	2	1	0	2	2	7
RECURSOS SOBRESTADOS						
Recursos Extraordinários	0	1	1	4	1	7
Recursos Especiais	3	3	8	8	6	28
Total	3	4	9	12	7	35
DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE						
Recursos Extraordinários						
Admitidos	0	0	0	0	0	0
Parcialmente Admitidos	0	0	0	0	0	0
Inadmitidos	14	6	5	14	20	59
Negado Seguimento	170	182	160	44	81	637
Prejudicados	0	0	0	1	2	3
Devolvidos à Retratação	0	0	1	1	0	2
Total	184	188	166	60	103	701
Recursos Especiais						
Admitidos	3	3	2	2	0	10
Parcialmente Admitidos	0	0	0	0	0	0
Inadmitidos	45	20	50	145	101	361
Negado Seguimento	4	1	2	5	16	28
Prejudicados	0	0	1	2	1	4
Devolvidos à Retratação	0	0	0	0	0	0
Total	52	24	55	154	118	403
PUBLICAÇÕES						
Vistas	53	81	80	86	60	360
outros Despachos	290	281	335	309	345	1.560
AUTOS REMETIDOS						
ao Supremo Tribunal Federal	0	1	1	3	1	6
ao Superior Tribunal de Justiça	19	29	40	26	38	152
à 1ª Instância (incluindo os digitalizados)	52	210	139	202	274	877
ao Arquivo	9	15	12	24	20	80
Total	80	255	192	255	333	1.115
CÂMARA ESPECIAL DE PRESIDENTES - Julgados						
Agravos Internos	4	26	38	6	16	90
Embargos de Declaração	1	0	3	0	2	6
Total	5	26	41	6	18	96



ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO DE 2025
FORNECIDA PELOS SERVIÇOS DE TRANSIÇÃO ENTRE INSTÂNCIAS DAS UPJS DE DIREITO PRIVADO 1, 2 E 3
SJ 3.1.5, SJ 3.2.5 e SJ 3.3.5
PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Autos Conclusos ao Presidente da Seção (Câm. e Rec.)	8.432	12.633	13.983	14.322	12.232	61.602
Autos Remetidos à Procuradoria	564	939	945	1.027	763	4.238
Autos Devolvidos pela Procuradoria	797	869	1.056	1.044	764	4.530
RECURSOS ENTRADOS:						
Extraordinários	211	242	206	303	333	1.295
Especiais	8.017	6.927	6.572	9.277	9.559	40.352
Ordinários	7	9	6	6	11	39
Total	8.235	7.178	6.784	9.586	9.903	41.686
RECURSOS PUBLICADOS:						
Extraordinários						
Deferidos	5	15	9	18	4	51
Indeferidos	157	205	415	349	151	1.277
Total	162	220	424	367	155	1.328
Especiais						
Deferidos	401	407	468	506	576	2.358
Indeferidos	5.963	7.133	6.063	5.819	6.102	31.080
Total	6.364	7.540	6.531	6.325	6.678	33.438
AGRAVOS ENTRADOS:						
Agravos nos Recursos Extraordinários	98	199	217	120	49	683
Agravos nos Recursos Especiais	3.463	4.304	4.838	3.693	3.024	19.322
Total	3.561	4.503	5.055	3.813	3.073	20.005
PUBLICAÇÕES:						
Vistas publicadas	11.607	11.457	11.642	13.151	12.670	60.527
Outros despachos publicados (inclui os de sobrestamento)	3.321	3.117	3.310	4.651	2.978	17.377
Total	14.928	14.574	14.952	17.802	15.648	77.904
AUTOS REMETIDOS:						
Ao Supremo Tribunal Federal	15	9	11	23	18	76
Ao Superior Tribunal de Justiça	3.010	3.191	5.263	5.000	6.410	22.874
À 1ª Instância (inclui os digitalizados)	4.195	5.986	7.142	4.402	6.427	28.152
Remessas ao Arquivo	62	43	37	39	68	249
Total	7.282	9.229	12.453	9.464	12.923	51.351
Petições Protocoladas	13.894	15.735	14.504	16.317	15.140	75.590

GAP 2.1 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GABINETE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
CÂMARA ESPECIAL DE PRESIDENTES						
Agravos Internos	470	501	567	331	739	2.608
Embargos de Decl.	49	42	14	10	21	136
Rec. Especial	0	0	0	0	0	0
Rec. Extraordinário	0	0	0	0	0	0
Rec. Incabíveis	0	0	0	0	0	0
Agravos	0	0	0	0	0	0
Total	519	543	581	341	760	2.744



ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO/2025
FORNECIDA PELO SERVIÇO DE TRANSIÇÃO ENTRE INSTÂNCIAS DE DIREITO PÚBLICO
SJ 4.1.5
PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

2025		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Autos Concluídos ao Presidente da Seção		3.635	4.273	3.874	4.654	3.322	19.758
Autos Remetidos à Procuradoria		117	160	131	194	340	942
Autos Devolvidos pela Procuradoria		93	118	95	141	263	710
RECURSOS ENTRADOS							
Extraordinários		362	625	485	485	336	2.293
Especiais		967	1.951	1.762	1.734	1.246	7.660
Ordinários		1	4	2	2	1	10
Extraordinários e Especiais	Extraordinários	512	985	420	456	341	2.714
	Especiais	512	985	420	456	341	2.714
TOTAL		2.354	4.550	3.089	3.133	2.265	15.391
RECURSOS PUBLICADOS							
Extraordinários							
Deferidos		55	43	16	34	24	172
Indeferidos		802	1.020	827	640	656	3.945
TOTAL		857	1.063	843	674	680	4.117
Especiais							
Deferidos		80	224	65	82	67	518
Indeferidos		1.845	2.563	2.057	1.617	1.966	10.048
TOTAL		1.925	2.787	2.122	1.699	2.033	10.566
AGRAVOS ENTRADOS							
Agravos nos Recursos Extraordinários		252	401	353	409	202	1.617
Agravos nos Recursos Especiais		891	1.164	1.097	955	845	4.952
Agravos Internos		267	306	295	319	413	1.600
TOTAL		1.410	1.871	1.745	1.683	1.460	8.169
PUBLICAÇÕES							
Vistas publicadas		2.644	3.907	3.759	3.755	3.523	17.588
Outros despachos publicados		1.404	3.472	2.320	2.132	2.341	11.669
TOTAL		4.048	7.379	6.079	5.887	5.864	29.257
AUTOS REMETIDOS							
Ao Supremo Tribunal Federal		166	215	197	162	185	925
Ao Superior Tribunal de Justiça		1.245	1.747	1.619	1.545	1.539	7.695
À 1ª Instância		1.764	2.710	4.211	3.345	3.817	15.847
Ao Arquivo		8	29	29	44	27	137
TOTAL		3.183	4.701	6.056	5.096	5.568	24.604
Petições Protocoladas		4.228	6.365	6.128	6.583	5.895	29.199

GAP 3.1 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GABINETE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

CÂMARA DOS PRESIDENTES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Agravos Internos	294	280	248	252	392	1.466
Embargos de Declaração	15	23	21	15	16	90
Recurso Especial	0	0	0	0	0	0
Recurso Extraordinário	0	0	0	0	0	0
Recursos Incabíveis	0	0	0	0	0	0
Agravos	0	0	0	0	0	0
TOTAL	309	303	269	267	408	1.556



ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO DE 2025
FORNECIDA PELAS DIRETORIAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GABINETE E DE PROCESSAMENTO CRIMINAL
PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
RECURSOS ENTRADOS:						
Extraordinários	51	77	71	80	120	399
Especiais	1.053	1.722	1.926	1.303	1.566	7.570
Especiais/Extraordinários	132	241	209	136	138	856
Ordinários	202	238	245	193	258	1.136
Total	1.438	2.278	2.451	1.712	2.082	9.961
AGRAVOS ENTRADOS:						
Agravos nos Recursos Extraordinários	77	145	106	91	107	526
Agravos nos Recursos Especiais	652	908	801	702	732	3.795
Total	729	1.053	907	793	839	4.321
DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE:						
Recurso Especial:						
Admitidos	103	124	84	100	98	509
Admitidos parcialmente	59	68	83	55	57	322
Não admitidos	1.597	1.614	1.735	1.549	1.584	8.079
Prescritos	0	1	112	105	1	219
Negado seguimento	9	8	13	5	15	50
Negado Adm.	0	1	0	1	0	2
Negado Adm. Parcial	3	3	1	3	2	12
Negado Não Adm.	78	79	75	88	59	379
Devolvidos Câmara Adm.	2	1	6	3	6	18
Devolvidos Câmara Adm. Parcial	0	2	4	1	4	11
Devolvidos Câmara Não Adm.	3	1	6	0	4	14
Devolvido Câmara Prescritos	0	2	0	1	0	3
Devolvido Câmaras Prejudicados	0	1	2	2	1	6
Devolvido Câmara Prej. Não Adm.	1	0	1	0	1	3
Total	1.855	1.905	2.122	1.913	1.832	9.627
Recurso Extraordinário:						
Admitidos	26	32	23	25	39	145
Adm. Parcial	0	1	0	0	7	8
Não admitidos	139	116	113	105	101	574
Prescritos	0	0	0	0	0	0
Negado seguimento	49	34	27	42	111	263
Negado Adm.	1	0	1	0	0	2
Negado Adm. Parcial	0	0	1	1	1	3
Negado Não Adm.	136	131	134	120	119	640
Devolvido Câmara Adm.	0	0	0	0	0	0
Devolvido Câmara Adm. Parcial	0	0	0	0	0	0
Devolvido Câmara Não Adm.	0	0	0	0	0	0
Devolvido Câmara Prescritos	0	0	0	0	0	0
Devolvido Câmara Prejudicados	0	0	1	1	0	2
Devolvido Câmara Prejud. Não Adm.	0	0	0	0	0	0
Total	351	314	300	294	378	1.637
DESPACHOS DE EXPEDIENTE						
Recursos Especiais	114	118	120	83	129	564
Recursos Extraordinários	6	5	6	5	7	29
Recursos Especiais/Extraordinários	26	28	12	12	27	105
Recursos Ordinários	133	239	226	236	268	1.102
Agravos	855	1.519	1.125	1.212	1.327	6.038
Agravos Internos	68	71	75	64	63	341
Diversos	117	102	111	104	108	542
Agravo Presc.	0	0	0	0	0	0
Dev. à Câmara - Resp.	13	11	14	16	11	65
Dev. à Câmara - RE	2	2	2	0	1	7
Pedido de HC	0	0	0	0	0	0
Susp. STJ	4	0	0	0	0	4
Susp. STF	0	3	3	5	7	18
Total	1.338	2.098	1.694	1.737	1.948	8.815



CÂMARA DOS PRESIDENTES						
Agravos Internos	38	71	56	60	69	294
Embargos Decl.	8	8	4	0	6	26
Agravos	5	1	4	4	7	21
Dec. Monocrática	0	0	0	0	0	0
Rec. Especial	0	0	0	0	0	0
Rec. Extraordinário	0	0	0	0	0	0
Rec. Incabíveis	0	0	0	0	0	0
Total	51	80	64	64	82	341
INFORMAÇÕES AOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STJ E STF)						
Habeas Corpus, Reclamações e outros	1.254	1.078	584	597	702	4.215

SEÇÃO II

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Subseção I

Julgamentos

SEMA 1.1.2

RESULTADO DA 86ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE 17/06/2025 (PROVIMENTO CSM nº 2.062/2013)

01. Nº 2017/25.722 - REQUERIMENTO formulado pela Administração do Fórum das Execuções Fiscais da Capital, solicitando autorização para afixação de placa alusiva à instalação da Unidade de Processamento Judicial de Direito Público – 1º ao 8º Grupos de Câmaras de Direito Público, Grupo Especial de Câmaras de Direito Ambiental e de Recursos aos Tribunais Superiores. - **Autorizaram, v.u.**

02. Nº 1981/11 - OFÍCIO do Doutor LUCAS EDUARDO STEINLE CAMARGO, Juiz de Direito Diretor de Fórum da Comarca de Araras, solicitando autorização para afixação de placa alusiva à instalação da 2ª Vara Criminal e da Unidade de Processamento Judicial – UPJ das 1ª a 3ª Varas Cíveis. - **Autorizaram, v.u.**

DOCÊNCIA

03. Nº 1994/309 - Desembargador GILSON DELGADO MIRANDA; **04. Nº 2006/2.191** - Desembargador ROBERTO NUSSINKIS MAC CRACKEN. - **Tomaram conhecimento, v.u.**

05. Nº 1997/81 - Doutor MARCOS DE LIMA PORTA, Juiz de Direito Substituto em 2º Grau; **06. Nº 2007/42.324** - Doutor ALCEU CORREA JUNIOR, Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de São José do Rio Preto;

07. Nº 2012/26.103 - Doutora RENATA MOTA MACIEL, Juíza de Direito da 2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital; **08. Nº 2016/181.713** - Doutor FELIPE ESMANHOTO MATEO, Juiz de Direito da Vara do Júri, Execuções Criminais e da Infância e da Juventude da Comarca de Praia Grande; **09. Nº 2022/76.681** - Doutor LUIS CARLOS MARTINS, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Monte Mor; **10. Nº 2025/66.100** - Doutor BRENNO GIMENES CESCA, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de São José dos Campos. - **Tomaram conhecimento, v.u.**

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA

11. Nº 2015/28.382 - Doutor RUDI HIROSHI SHINEN, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Limeira; **12. Nº 2022/44.159** - Doutora SAMARA ELIZA LUTHERI FELTRIN NESPOLI, Juíza de Direito da Vara da Comarca de Bastos; **13. Nº 2025/65.612** - Doutor AFONSO MARINHO CATISTI DE ANDRADE, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Jardinópolis; **14. Nº 2025/65.692** - Doutor LUIS FERNANDO GRANDO PISMEL, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cosmópolis; **15. Nº 2025/65.702** - Doutor OTO SÉRGIO SILVA DE ARAÚJO JÚNIOR, 4º Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Santo André; **16. Nº 2025/65.808** - Doutor VINÍCIUS MAIA VIANA DOS REIS, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Novo Horizonte; **17. Nº 2025/65.831** - Doutor JOÃO LUIZ VIEGAS RODRIGUES DA SILVA, Juiz de Direito da Vara da Comarca de Itariri; **18. Nº 2025/65.861** - Doutor GUILHERME VIEIRA DE CAMARGO, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ribeirão Pires; **19. Nº 2025/65.872** - Doutor HENRIQUE GERALDO CAMPOS JÚNIOR, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Buritama. - **Autorizaram, nos termos da manifestação da E. Corregedoria Geral da Justiça, v.u.**

**AUXÍLIO-SENTENÇA – PROVIMENTO CSM Nº 2.274/2015**

20. Nº 2010/70.547; 21. Nº 2017/143.162; 22. Nº 2025/70.224; 23. Nº 2025/63.146; 24. Nº 2025/63.959; 25. Nº 2025/64.632. - Deferiram, v.u.

AUXÍLIO-SENTENÇA – PROVIMENTO CSM Nº 2.539/2019

26. Nº 2025/70.293; 27. Nº 2025/63.148; 28. Nº 2025/63.964; 29. Nº 2025/64.744. - Deferiram, v.u.

EXPEDIENTES DIVERSOS

30. Nº 2021/134.520 (DICOGE 1.1) – **EXPEDIENTE** referente à atribuição da corregedoria permanente do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Brigadeiro Tobias, da Comarca de Sorocaba. - **Referendaram, v.u.**

31. Nº 2021/87.518 (DICOGE 1.1) – **EXPEDIENTE** referente à atribuição da corregedoria permanente do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Taboão da Serra. - **Referendaram, v.u.**

Próximos Julgamentos

SEMA 1.1.2

PAUTA PARA A SESSÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE 1º/07/2025, às 14 horas
(Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº, 5º andar, sala 542)

NOTA: EVENTUAIS PROCESSOS ADIADOS SERÃO INCLUÍDOS NA PAUTA DA SESSÃO SUBSEQUENTE, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA INTIMAÇÃO. PEDIDOS DE INSCRIÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL PODERÃO SER FORMULADOS NO DIA DA SESSÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 146, I E III, DO RITJSP; ADMITINDO-SE TAMBÉM PEDIDOS DE INSCRIÇÃO PRÉVIA APÓS A DISPONIBILIZAÇÃO DA PAUTA NO DJE, MEDIANTE REQUERIMENTO A SER ENDEREÇADO PARA O E-MAIL **CSM@TJSP.JUS.BR**, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 HORAS COM RELAÇÃO À HORA PREVISTA PARA O INÍCIO DA SESSÃO DE JULGAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 146, II, DO RITJSP, CONTENDO AS INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROCESSO (NÚMERO DO FEITO, ÓRGÃO JULGADOR, PARTE REPRESENTADA E NOME DO ADVOGADO). MEMORIAIS PODERÃO SER ENCAMINHADOS PARA OS E-MAILS INSTITUCIONAIS DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES, DISPONÍVEIS PARA CONSULTA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <https://www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/EmailsInstitucionais>.

DÚVIDAS REGISTRÁRIAS

Nº 1000839-86.2024.8.26.0577 - APELAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – Relator: Des. Francisco Eduardo Loureiro. Apelante: Supermercado Alean de Santana Ltda (Supermercado Produtor). Apelado: 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São José dos Campos. Advogados: Luciano Felix do Amaral e Silva - OAB 143.487/SP, Renato José Antero dos Santos - OAB 153.298/SP e Gabriel César Campos Alves Guimarães - OAB 454.070/SP.

Nº 1029036-90.2025.8.26.0100 - APELAÇÃO – CAPITAL – Relator: Des. Francisco Eduardo Loureiro. Apelante: Elisabete de Azevedo Guimarães. Apelado: 4º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Advogados: Tiago Alexandre Zanella - OAB 304.365/SP e Alan Humberto Jorge - OAB 329.181/SP.

Nº 1171475-61.2024.8.26.0100 - APELAÇÃO – CAPITAL – Relator: Des. Francisco Eduardo Loureiro. Apelante: Washington Luis da Silva. Apelado: 16º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Advogado: Washington Luis da Silva - OAB 358.848/SP.